



# **ARMAMAR VIVA, S.A.**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**2017**

## **ARMAMAR VIVA, SA**

**Capital Social:** 50.000,00 Euros

**Contribuinte:** 508 797 306

**Sede:** Av. 8 de Setembro, Edifício do Mercado Municipal, 5110-127 ARMAMAR

## **CORPOS SOCIAIS**

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**PRESIDENTE:** António José da Silva Fernandes

**SECRETÁRIO:** Rodolfo Oliveira Gouveia

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PRESIDENTE:** Hernâni Pinto da Fonseca Almeida

**VOGAIS:** Fernando Manuel Rodrigues Gouveia

José Eduardo Loureiro da Silva

**FISCAL ÚNICO:** Dr. Euclides Gonçalves Carreira

**FISCAL SUPLENTE:** Santos Carvalho & Associados, SROC, SA



Exmos. Senhores Acionistas:

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, e designadamente ao disposto na alínea c) do artigo 17º do dos Estatutos, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### ECONOMIA INTERNACIONAL

No *Economic Outlook* de novembro, a OCDE reviu ligeiramente em alta as previsões de crescimento da **economia mundial** para 3,6% em 2017 e 3,7% em 2018 e apresentou uma estimativa de 3,6% para 2019. Os valores pouco diferem dos apresentados no mesmo mês pela Comissão Europeia (3,5%, 3,7% e 3,7%, respetivamente).

Em concreto e no caso da **China**, o crescimento em 2017 atingiu os 6,9% no apuramento final anual, o que representa um crescimento anual que supera o objetivo de crescimento estabelecido pelo governo, que tinha apontado para um aumento do PIB de 6,5%.

De acordo com as estimativas mais recentes das principais instituições internacionais, o **PIB mundial** deverá continuar a registar um forte crescimento em 2018 e 2019, acompanhado de uma retoma do comércio global. As atuais projeções para o PIB da área do euro (FMI, CE, OCDE e BCE) foram revistas em alta, face às anteriores previsões, tanto para 2018 como para 2019 (especialmente para a França e a Alemanha), refletindo um desempenho acima do esperado em finais de 2017 e a continuação do aumento do investimento e da forte procura mundial, permitindo um crescimento robusto das exportações. Os baixos custos de financiamento e a melhoria do mercado de trabalho são fatores que deverão contribuir para a persistência da expansão da procura interna da área do euro.

Nas previsões para as **economias avançadas**, destaca-se a aceleração da economia dos EUA em 2018 (de 2,2% para 2,5%), passando a crescer mais do que a Área Euro (que abranda de 2,4% para 2,1%). A incerteza sobre as negociações do *Brexit* penalizam o crescimento do Reino Unido, que deverá crescer apenas 1,2% em 2018 e 1,1% em 2019.

Nas **economias emergentes**, o crescimento está a aumentar sobretudo por via de novos investimentos em infraestruturas na China e a recuperação em vários países exportadores de matérias-primas, onde podemos incluir o Brasil e a Rússia, ambos a sair de uma fase recessiva em 2017. A Índia continuará a destacar-se como um dos países emergentes com maior crescimento (7,0% em 2018 e 7,4% em 2019).

A **taxa de inflação** deverá acelerar ligeiramente para o conjunto das economias avançadas, em 2018-19, situando-se, em média, em 2% (1,7% em 2017). Na área do euro, esta evolução reflete sobretudo o aumento dos preços dos bens energéticos, enquanto a inflação subjacente deverá permanecer baixa, associada à manutenção de um crescimento moderado das remunerações do trabalho.

As **taxas de juro** de curto prazo na área do euro mantiveram-se estáveis ao longo de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, em níveis historicamente baixos, com a *Euribor* a 3 meses a situar-se, em -0,33%. Pelo contrário, nos EUA, as taxas prosseguiram o movimento ascendente,

tendo a *Libor* referente a depósitos USD subido para 2,1%, em média, em fevereiro de 2018 (1,3%, em média, no ano de 2017).

Em síntese, poderemos concluir que o panorama internacional registou evoluções positivas em 2017, mas convém não esquecer a permanência de riscos ao crescimento económico, deles se destacando a implementação de medidas protecionistas ao comércio e a instabilidade política em alguns países e/ou regiões, tais como o Médio Oriente e a Península da Coreia. Estes riscos, a ocorrerem, conduzirão a um crescimento global moderado, a par de um desempenho pouco dinâmico das economias mais desenvolvidas.

## ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2017, a economia portuguesa registou o maior ritmo de crescimento desde o início do século e os principais desequilíbrios esbateram-se. O PIB avançou 2.7%, salientando-se os contributos das exportações e do investimento. No conjunto do ano, o investimento avançou 9,1% e as exportações 7,9%, colocando os respetivos contributos para o crescimento da economia em 1,5 p.p. e 3,5 p.p., respetivamente. O contributo do investimento foi o mais elevado desde 1999 e o das exportações desde 1996. Por seu turno, o contributo do consumo privado ter-se-á mantido idêntico ao observado desde 2014. Também a procura interna, via melhor desempenho do investimento, aumentou o contributo para o crescimento em 2017.

No que se refere às estimativas para o ano em curso importa salientar que, tendo por base os indicadores já publicados, espera-se que em 2018 o crescimento do PIB continue sólido, ainda que menos forte do que em 2017, devendo atingir no final do ano 2,4%. De facto, espera-se que na zona euro se continue a assistir a uma recuperação dos níveis de crescimento. Os riscos para esta evolução apresentam-se balanceados. Em sentido descendente referem-se os riscos associados ao comportamento do preço do petróleo e a redução dos estímulos monetários pelo BCE no final do ano. Pela positiva destaca-se a possibilidade de que as exportações registem um bom desempenho, beneficiando da atividade no sector automóvel, da pujança do turismo e do reforço da competitividade nos sectores mais tradicionais.

Tendo em conta as mais recentes divulgações pelo INE, Bando de Portugal e Comissão Europeia referentes aos dados macroeconómicos do ano de 2017, as variações ocorridas nas principais componentes da formação do PIB foram as seguintes:

- As **exportações** foram impulsionadas pelo fortalecimento da atividade a nível global, com destaque para a aceleração dos países do euro, principais parceiros comerciais de Portugal e pela permanência de condições de financiamento muito acomodáticas. As expectativas de que a procura global se mantenha robusta durante 2018 dão suporte à consolidação de um padrão de crescimento mais forte, capaz de contribuir de forma sustentada para a correção dos desequilíbrios externos e internos.
- A criação de emprego manteve-se forte ao longo do ano e a **taxa de desemprego** regressou a valores registados antes da crise. Em 2017, foram criados cerca de 151 mil postos de trabalho, mais 3,3% face ao ano anterior. Esta evolução está bastante concentrada no setor dos serviços (mais de 70%), mas abrange também a criação de emprego no setor secundário, designadamente na indústria. No último trimestre do ano a taxa de desemprego recuou para 8,1%, o nível mais baixo desde finais de 2008.
- No final do ano de 2017, a **taxa de inflação** (média anual), calculada a partir do Índice de Preços do Consumidor, situou-se em 1,4%, sendo que a inflação harmonizada ascendeu a 1,6%, antecipando-se a estabilização em torno deste patamar em 2018 (previsão de 1,5% para final do ano). Importa, no entanto, salientar que na primeira metade do ano o

aumento do preço do petróleo bem como o efeito de novos preços da classe de vestuário e calçado, refletiram-se na aceleração da taxa de inflação, que atingiu 2,4% em abril. Desde então assiste-se a um movimento de abrandamento, motivado sobretudo pela estabilização dos preços do petróleo, mas também pelo movimento de valorização do euro nos mercados internacionais, mitigando assim o efeito dos acréscimos dos preços dos produtos importados.

- Manteve-se o excedente das contas externas, embora menor que em 2016. O saldo da **balança corrente** em 2017 situou-se em +0,5% do PIB, menos 0,1 p.p. face ao registo do ano anterior. Na origem deste ligeiro agravamento esteve o saldo desfavorável da balança energética, o qual correspondeu a 0,5% do PIB. No entanto, o saldo da balança comercial de bens e serviços alcançou um excedente que correspondeu a 1,8% do PIB, confirmando a dinâmica bastante positiva das exportações. Nas exportações de bens destaca-se o comércio intra-UE (Espanha, Alemanha e França) e o aumento significativo das vendas para EUA, Angola, Brasil e China.
- O crescimento económico registado em 2017 foi também impulsionado, em grande medida, pela forte aceleração da **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)**, a qual registou um acréscimo de 7,6 p.p. acima de 2016, sendo de destacar o investimento em outras máquinas e equipamentos e em construção (crescimentos de 13,1% e 9,2%, respetivamente). Após um aumento de 8,3% em 2017 e tendo em conta o enquadramento macroeconómico favorável, em particular no que se refere às condições de financiamento e à manutenção de perspectivas de aumento da procura, é expectável que o **investimento empresarial** possa crescer 6% em 2018 e 2019 e 5,4% em 2020.

Os resultados do turismo em 2017 não podiam ser melhores. De facto, Portugal recebeu a visita de 12,7 milhões de hóspedes estrangeiros, correspondendo a 41,6 milhões de dormidas. Os proveitos totais alcançaram os 3,4 mil milhões de euros (+16.6% face ao ano anterior). O saldo da balança turística em 2017 representou 69,5% do saldo da balança de serviços e 5,6% do PIB total. Estes valores refletem o bom ambiente interno e externo. No que se refere aos fatores internos destacam-se a segurança e o mercado de trabalho ao nível da disponibilidade dos recursos humanos, para além dos meios eletrónicos. Acrescem ainda outros fatores, com destaque para a qualidade de vida, os preços bastante competitivos e o aumento da oferta de roteiros turísticos alternativos.

O **stock de crédito** concedido pelo sistema bancário ao sector privado não financeiro caiu em 2017. A contração do crédito concedido aos Particulares foi mais moderada, com o crédito ao consumo a expandir de forma mais significativa do que em 2016 e o crédito para compra de casa a cair de forma mais moderada, beneficiando do dinamismo em torno do mercado imobiliário. A redução do crédito continua a ser uma realidade, em parte traduzida pela manutenção do processo de desalavancagem do setor privado.

Decorrente do anteriormente exposto, podemos concluir que o desafio futuro para Portugal será a recuperação sustentável dos níveis do PIB verificados até 2008. Para isso, o país tem que ser capaz de crescer em termos acumulados mais de 4%, o que depende em muito do investimento e este, por sua vez, muito condicionado pelo nível de confiança dos investidores no médio e longo prazo.

É neste contexto que se mantém atual e válida a estratégia já mencionada no Relatório de Gestão do ano de 2016, a qual passa pela implementação de um programa de efetivas reformas estruturais seja a nível da economia, seja a nível do Estado e das restantes Administrações Públicas, e cujo horizonte temporal tem que ter uma abrangência de médio prazo.

## **2. A EMPRESA**

A ARMAMAR VIVA, S.A. é uma sociedade anónima de capitais mistos, constituída em 16 de dezembro de 2008, no âmbito de uma parceria público privada de natureza municipal. É uma empresa de capitais minoritariamente públicos, sendo detida em 49% pelo Município de Armamar e em 51% pelo parceiro privado MRG – Engineering & Solutions, S.A.

A empresa tem um capital social de 50.000,00 € (cinquenta mil euros), já subscrito e realizado, e representado por cinquenta mil ações.

A empresa tem como objeto a conceção, construção, equipamento, manutenção e conservação do acesso à zona industrial, auditório e armazém municipal e respetivas envolventes urbanas.

O objetivo estratégico da implementação do Armazém Municipal é o de dotar o Município de Armamar de um conjunto de equipamentos públicos nas áreas dos serviços municipais, que permitam responder às solicitações da população, quer do concelho quer de concelhos limítrofes.

## **3. ATIVIDADE E INVESTIMENTOS**

O equipamento denominado “Armazém Municipal” encontra-se concluído e entrou em funcionamento no mês de abril de 2011.

Assim sendo, não se registaram mais investimentos no ano de 2017. Por outro lado, os Rendimentos auferidos foram suficientes para fazer face ao serviço da dívida contraída junto da CGD e da CCAM do Vale do Távora e Douro, bem como ao funcionamento corrente da empresa.

## **4. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS**

Durante o ano de 2017 os Rendimentos da sociedade ascenderam a 332.826,03 €, dos quais 330.107,16 € são provenientes das rendas do Armazém Municipal e 2.718,87 € da renda do Pomar. Acrescem ainda 985,59 € provenientes de juros do acordo de pagamento do Projeto do Auditório.

No que se refere aos Gastos, importa salientar que o montante global se cifrou em 264.117,41 € e que os mesmos se concentram em três rubricas: “Fornecimentos e Serviços Externos” (22.492,84 €), “Juros e Gastos Suportados” (89.641,76 €) e “Gastos de Depreciação” (151.249,92 €).

Assim, tendo em conta os Rendimentos obtidos e os Gastos suportados bem como a estimativa de IRC, o exercício de 2017 regista um Resultado Líquido positivo de 63.467,04 €. Dado que as Depreciações e Amortizações ascenderam a 151.249,92 €, o Cash-Flow foi também positivo e cifrou-se em 214.716,96 €.

## **5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL**

Tendo em conta o valor negativo dos Capitais Próprios em 2016 e que ascende a 190.145,74 €, a que acresce o Resultado Líquido positivo de 63.467,04 €, constata-se que os Capitais Próprios ainda são negativos e cifram-se em 126.678,70 €. Esta situação, que infringe o Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, não põe em causa o cumprimento das obrigações da Armamar Viva, S.A. De facto, o Plano de Negócios e os Orçamentos já aprovados para o período correspondente à duração desta Parceria, foram concebidos de molde a que gradualmente esta situação seja invertida, pelo que o Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que as contas sejam aprovadas mesmo com a evidência dos Capitais Próprios negativos.

Importa ainda salientar que à Armamar Viva, S.A. não se aplica o disposto no Artigo 66º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. De facto, remetendo o mencionado Artigo 66º para as situações tipificadas no nº 1 do Artigo 62º da mesma Lei, constata-se que a Armamar Viva não incorre em nenhuma das situações constantes das alíneas a) a d) do nº 1 do Artigo 62º, pelo que não há lugar à obrigatoriedade de o Parceiro Público alienar esta sua participação local.

## **6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Não houve qualquer facto relevante ocorrido após o termo do exercício que deva ser mencionado neste Relatório de Gestão.

## **7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE**

Para que no ano de 2018 e seguintes os fluxos de tesouraria sejam suficientes para honrar os compromissos assumidos pela empresa, torna-se necessário renegociar as condições do Empréstimo de Longo Prazo contraído junto da CGD. Neste contexto, o Conselho de Administração informa os senhores Acionistas que tem vindo a manter os adequados contactos com a CGD, sendo expectável que até ao fim do próximo mês de junho de 2018 se possa concluir favoravelmente este processo negocial, no qual se pretende que a CGD reduza o atual spread de 2,25% para 2,00% e que também reduza a Comissão de Gestão trimestral de 0,25% para 0,125%.

Não obstante a envolvente macroeconómica descrita no ponto 1, o Conselho de Administração da Armamar Viva, S.A. regista com muito apreço o facto de o Município de Armamar estar a cumprir rigorosa e pontualmente o pagamento das rendas provenientes da utilização do “Armazém Municipal” e espera que este comportamento se mantenha enquanto durar a Parceria.

## **8. OPERAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS**

Durante o exercício não houve aquisição de ações próprias.

## **9. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES**

Não houve autorização concedida a qualquer administrador para negociar diretamente com a sociedade nem lhe foram concedidos empréstimos ou créditos, efetuados pagamentos por conta deles, prestadas garantias nem facultados adiantamentos de remunerações.



## 10. OUTRAS INFORMAÇÕES DE CARÁCTER LEGAL

Dando cumprimento ao estatuído no Artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro e no n.º 1 do Artigo 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, informamos os Senhores Acionistas de que não existem quaisquer débitos em mora ao Setor Público Estatal e à Segurança Social, pelo que o cumprimento das obrigações financeiras e fiscais continua a ser um ponto de honra na gestão da sociedade.

## 11. REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração não recebem nem nunca receberam qualquer tipo de remuneração.

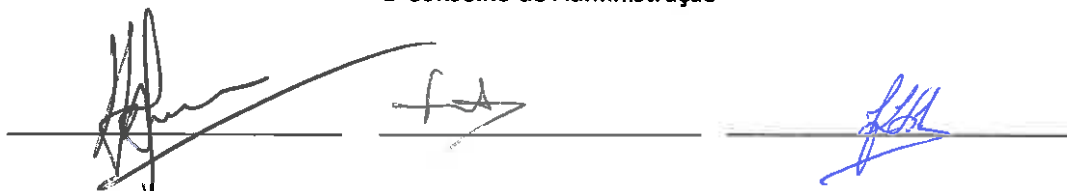
## 12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos legais e estatutários, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2017, apurado nas Demonstrações Financeiras, no valor de € 63.467,04 (sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e quatro cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- € 3.180,00 (três mil, cento e oitenta euros) para reforço da Reserva Legal.
- € 60.287,04 (sessenta mil, duzentos e oitenta e sete euros e quatro cêntimos) para Resultados Transitados.

Armamar, 30 de março de 2018

O Conselho de Administração





## ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1. Informação prevista no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

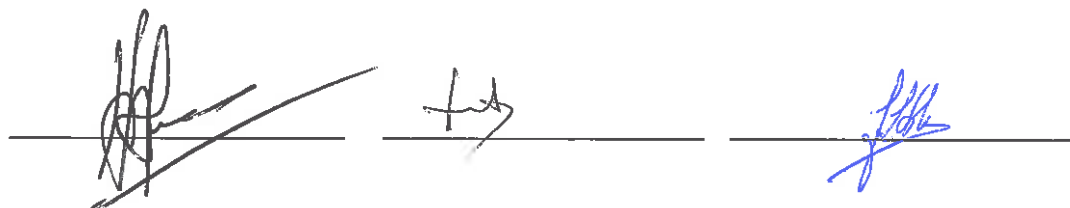
- **Membros do Conselho de Administração:** Não são acionistas da Sociedade
- **Membro do Fiscal Único:** Não é acionista da Sociedade

### 2. Informação prevista no n.º 4.º do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTAGEM
Município de Armamar	24.500	49%
MRG – Engineering & Solutions, S.A.	25.500	51%
TOTAL	50.000	100%

Armamar, 30 de março de 2018

O Conselho de Administração



**ARMAMAR VIVA, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2017**

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**ARMAMAR VIVA, S.A. - Balanço Individual de 2017**

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não Corrente</b>			
Propriedades de Investimento	6	2.562.079,36	2.713.329,28
Outros investimentos financeiros	5	500,00	500,00
		2.562.579,36	2.713.829,28
<b>Ativo Corrente</b>			
Clientes	8		37.197,69
Estado e Outros Entes Públicos	7		1.857,66
Outros Créditos a Receber	9	2.740,65	40.885,06
Caixa e Depósitos Bancários	4	6.521,01	10.667,39
		9.261,66	90.607,80
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.571.841,02</b>	<b>2.804.437,08</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital Subscrito	10	50.000,00	50.000,00
Reservas Legais		5.170,00	2.650,00
Resultados Transitados		(245.315,74)	(293.164,02)
		(190.145,74)	(240.514,02)
Resultado Líquido do Período		63.467,04	50.368,28
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>(126.678,70)</b>	<b>(190.145,74)</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Financiamentos Obtidos	11	2.407.749,82	2.614.468,50
		2.407.749,82	2.614.468,50
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	12	39.851,15	60.719,56
Estado e Outros Entes Públicos	7	3.349,68	
Financiamentos Obtidos	11	225.787,68	295.885,21
Outras Dívidas a Pagar	13	21.781,39	23.509,55
		290.769,90	380.114,32
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.698.519,72</b>	<b>2.994.582,82</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>2.571.841,02</b>	<b>2.804.437,08</b>

Contabilista Certificado

  
João Carlos Pinto Marques

Conselho de Administração



**ARMAMAR VIVA, S.A.**

**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas**

**Do Período Findo em 31-12-2017**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
Fornecimentos e Serviços Externos	14	(22.492,84)	(20.887,60)
Outros Rendimentos	15	333.811,62	335.324,74
Outros Gastos	16	(1.718,48)	(3.217,63)
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS FINANCIAMENTOS E OUTROS</b>		<b>309.600,30</b>	<b>311.219,51</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	6	(151.249,92)	(151.249,90)
<b>RESULTADOS OPERACIONAL</b>		<b>158.350,38</b>	<b>159.969,61</b>
Juros e Gastos Similares Suportados	17	(88.656,17)	(105.904,39)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTO</b>		<b>69.694,21</b>	<b>54.065,22</b>
Imposto Sobre o Rendimento do Período	7	(6.227,17)	(3.696,94)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>63.467,04</b>	<b>50.368,28</b>

Contabilista Certificado

  
João Carlos Pinto Marques

  
Conselho de Administração



**ARMAMAR VIVA, S.A.**

***Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa Do Período Findo em 31-12-2017***

	EXERCÍCIOS	
	2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de Clientes	370.023,72	370.616,09
Pagamentos a Fornecedores	41.272,00	34.190,70
Pagamentos ao Pessoal		
<b>Fluxos Gerados pelas Operações</b>	<b>328.751,72</b>	<b>336.425,39</b>
Pagamento de Imposto sobre o Rendimento	203,83	332,00
Outros Recebimentos/Pagamentos Relativos à Atividade Operacional	( 4.956,20 )	( 3.364,97 )
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>	<b>323.591,69</b>	<b>332.728,42</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Recebimentos de Investimentos</b>		
Outros Ativos	39.130,00	42.140,00
Juros e rendimentos similares	-	-
	<b>39.130,00</b>	<b>42.140,00</b>
<b>Pagamentos de Investimentos</b>		
	-	-
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>	<b>39.130,00</b>	<b>42.140,00</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos Obtidos		
Juros e Similares		
Outras operações		
	-	-
<b>Pagamentos respeitante a:</b>		
Empréstimos Obtidos	276.816,21	264.284,95
Juros e Gastos Similares	90.051,86	109.746,03
Suprimentos		
Aquisição de Ações Próprias/Prestações Suplementares		
Outras Origens		
	366.868,07	374.030,98
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>	<b>( 366.868,07 )</b>	<b>( 374.030,98 )</b>
<b>ATIVIDADES DE EFEITO CAMBIAL:</b>		
<b>Pagamentos / Recebimentos de Efeito Cambial</b>		
Recebimentos de Efeito das Diferenças de Câmbio		
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADE DE EFEITO CAMBIAL</b>	-	-
<b>Varição de Caixa e seus Equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) + (4)</b>	<b>( 4.146,38 )</b>	<b>837,44</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Início do Exercício</b>	<b>10.667,39</b>	<b>9.829,95</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício</b>	<b>6.521,01</b>	<b>10.667,39</b>

Contabilista Certificado

*João Carlos Pinto Marques*

Conselho de Administração

*[Handwritten signatures]*

# ARMAMAR VIVA, S.A. - Demonstração Individual de alteração dos capitais próprios

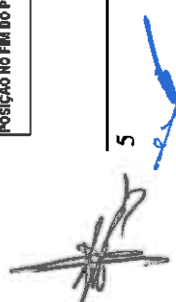
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital de Empresa - Ativa														
	Capital Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmio de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitórios	Ajustamentos em Ações Financeiras	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
<b>1</b>	50.000,00			150,00			(309.047,81)				18.389,79	(240.514,02)		(240.514,02)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira Adoção de Novo Referencial Contábilístico											(19.389,79)			
Alterações de Políticas Contábilísticas											(19.389,79)			
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras														
Realização do Escanteio de Revalorização de Ações Fintas Tangíveis e Intangíveis														
Excedentes de Revalorização de Ações Fintas Tangíveis e Intangíveis e Respostas Variáveis														
Ajustamentos por Impostos Diferidos					2.500,00									
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio					2.500,00									
<b>2</b>														
<b>3</b>														
<b>4-2-3</b>														
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Subscrição de Capital														
Subscrição de Prêmio de Emissão														
Distribuições														
Entradas para Cobertura de Perdas														
Outras Operações														
<b>6</b>														
<b>1+2-3-5</b>	50.000,00	0,00	0,00	0,00	2.650,00	0,00	(293.164,02)				50.389,28	(190.145,74)		(190.145,74)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO 2017</b>														
Primeira Adoção de Novo Referencial Contábilístico														
Alterações de Políticas Contábilísticas														
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras														
Realização do Escanteio de Revalorização de Ações Fintas Tangíveis e Intangíveis														
Excedentes de Revalorização de Ações Fintas Tangíveis e Intangíveis e Respostas Variáveis														
Ajustamentos por Impostos Diferidos														
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio														
<b>7</b>														
<b>8</b>														
<b>9-7-8</b>														
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Subscrição de Capital														
Subscrição de prêmio de Emissão														
Distribuições														
Entradas para Cobertura de Perdas														
Outras Operações														
<b>10</b>														
<b>11-7-8-10</b>	50.000,00	0,00	0,00	0,00	5.170,00	0,00	(245.315,74)				63.467,04	(126.679,70)		(126.679,70)

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital de Empresa - Ativa														
	Capital Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmio de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitórios	Ajustamentos em Ações Financeiras	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
<b>6</b>	50.000,00			2.650,00			(293.164,02)				50.389,28	(190.145,74)		(190.145,74)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira Adoção de Novo Referencial Contábilístico														
Alterações de Políticas Contábilísticas														
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras														
Realização do Escanteio de Revalorização de Ações Fintas Tangíveis e Intangíveis														
Excedentes de Revalorização de Ações Fintas Tangíveis e Intangíveis e Respostas Variáveis														
Ajustamentos por Impostos Diferidos														
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio														
<b>7</b>														
<b>8</b>														
<b>9-7-8</b>														
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Subscrição de Capital														
Subscrição de prêmio de Emissão														
Distribuições														
Entradas para Cobertura de Perdas														
Outras Operações														
<b>10</b>														
<b>11-7-8-10</b>	50.000,00	0,00	0,00	0,00	5.170,00	0,00	(245.315,74)				63.467,04	(126.679,70)		(126.679,70)

5



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Designação da entidade: Armamar Viva, S.A..

Sede social: Avenida 8 de Setembro – Edifício Mercado Municipal - Armamar  
NIPC 508797306

### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Referencial Contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro foram adotadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo que, de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, devem ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da Continuidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da Periodização Económica (Acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por Acréscimos de Rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por Acréscimos de Gastos”.

- Materialidade e Agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das Demonstrações Financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das Demonstrações Financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras de 2016.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro.



- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados pelo valor do custo.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento englobam terrenos e edifícios, detidos para auferir rendimento de acordo com contratos existentes.

As propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta.

Os gastos incorridos com as propriedades de investimento, nomeadamente imposto municipal sobre imóveis, foram reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%.

- Cientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui depósitos à ordem e outros depósitos em bancos.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados em observância do regime de periodização económica.

Foram classificados como passivos correntes os empréstimos que se vencem até 1 ano e passivo não corrente as quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito

O rédito da empresa corresponde a juros recebidos de depósitos bancários e outras entidades.

- Outros rendimentos

A Empresa obtém benefícios das propriedades de investimento, através de dois contratos de arrendamento. As rendas foram reconhecidas no período a que dizem respeito.

#### 4. FLUXOS DE CAIXA

##### 4.1. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

No ano de 2017

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	8.140,60		4.146,38	3.994,22
Outros depósitos bancários	2.526,79			2.526,79
<b>Total</b>	<b>10.667,39</b>		<b>4.146,38</b>	<b>6.521,01</b>

No ano de 2016

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	7.303,16	837,44		8.140,60
Outros depósitos bancários	2.526,79			2.526,79
<b>Total</b>	<b>9.829,95</b>		<b>0,00</b>	<b>10.667,39</b>

## 5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos financeiros	2017	2016
Crédito Agrícola	500,00	500,00
<b>Total</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>

## 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

### 6.1. DIVULGAÇÕES SOBRE AS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada das Propriedades de Investimento, foi o seguinte:

No ano de 2017

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	TOTAL
Valor bruto no início	1.061.885,64	2.601.323,09	3.663.208,73
Depreciações acumuladas	244.233,72	705.645,73	949.879,45
<b>Saldo no início do período</b>	<b>817.651,92</b>	<b>1.895.677,36</b>	<b>2.713.329,28</b>
Variações do período			
Total de aumentos			
Aquisições			
Total diminuições	42.475,44	108.774,48	151.249,92
Depreciações do período	42.475,44	108.774,48	151.249,92
<b>Saldo no final do período</b>	<b>775.176,48</b>	<b>1.786.902,88</b>	<b>2.562.079,36</b>

No ano de 2016

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	TOTAL
Valor bruto no início	1.061.885,64	2.601.323,09	3.663.208,73
Depreciações acumuladas	201.758,29	596.871,26	798.629,55
<b>Saldo no início do período</b>	<b>860.127,35</b>	<b>2.004.451,83</b>	<b>2.864.579,18</b>
Variações do período			
Total de aumentos			
Aquisições			
Total diminuições	42.475,43	108.774,47	151.249,90
Depreciações do período	42.475,43	108.774,47	151.249,90
<b>Saldo no final do período</b>	<b>817.651,92</b>	<b>1.895.677,36</b>	<b>2.713.329,28</b>

As propriedades de investimento englobam terrenos e edifícios, detidos para auferir rendimento de acordo com contratos existentes.

As propriedades de investimento da empresa estão reconhecidos pelo valor do custo. A empresa opta pelo método da linha reta para calcular as depreciações.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

### 7.1. DIVULGAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO:

Descrição	2017	2016
Resultado antes de impostos do período	69.694,21	54.065,22
Imposto corrente	(6.227,17)	(3.696,94)
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	(6.227,17)	(3.696,94)
Tributações autónomas	-	(20,50)

### 7.2. DIVULGAÇÕES RELACIONADAS COM OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Pagamentos especiais por conta		1.152,49
Retenções na fonte sobre rendimentos		0,00
IRC a recuperar		705,17
	<b>0,00</b>	<b>1.857,66</b>
<b>Passivo</b>		
Retenção de impostos sobre rendimentos	1.000,00	
IRC a pagar	2.349,68	
	<b>3.349,68</b>	<b>0,00</b>

## 8. CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como se segue:

Descrição	2017	2016
Clientes c/c Clientes gerais		37.197,69
	0,00	37.197,69

## 9. OUTRAS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos registados nesta rubrica referem-se ao acordo de pagamento existente entre a Empresa e o Município de Armamar. Está reconhecido como corrente uma vez que se vence a 1 ano.

Descrição	2017	2016
<b>Não Corrente</b>		
	0,00	0,00
<b>Corrente</b>		
Outros devedores	2.740,65	40.885,06
	2.740,65	40.885,06

## 10. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de € 50.000,00, representado por 50.000 ações de valor nominal de 1,00€ cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2017.

## 11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Esta Rubrica é analisada como se segue:

Descrição	2017	2016
<b>Não Corrente</b>		
Instituições de crédito e Sociedades Financeiras Empréstimos Bancários	2.407.749,82	2.614.468,50
	2.407.749,82	2.614.468,50
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e Sociedades Financeiras Empréstimos Bancários	225.787,68	295.885,21
	225.787,68	295.885,21

## 12. FORNECEDORES

A Rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
<b>Corrente</b>		
Fornecedores Gerais	39.851,15	60.719,56
	<b>39.851,15</b>	<b>60.719,56</b>

## 13. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A Rubrica de Outras Dívidas a pagar é analisada conforme quadro abaixo:

Descrição	2017	2016
Credores por acréscimos de gastos		
Juros e similares	16.179,78	17.575,47
Revisão Oficial de Contas	4.920,00	4.920,00
IMI	681,61	681,61
Outros credores		332,47
	<b>21.781,39</b>	<b>23.509,55</b>

## 14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	2017	2016
<b>Serviços especializados</b>	<b>22.386,87</b>	<b>20.552,13</b>
Trabalhos especializados	20.418,00	20.418,00
Outros serviços	1.968,87	134,13
<b>Comunicação</b>	<b>0,97</b>	<b>0,47</b>
<b>Contencioso e notariado</b>	<b>105,00</b>	<b>130,00</b>
<b>Despesas de representação</b>		<b>205,00</b>
<b>Total</b>	<b>22.492,84</b>	<b>20.887,60</b>

## 15. OUTROS RENDIMENTOS

A Rubrica de Outros Rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	2017	2016
Rendas de propriedades de investimento	332.826,03	332.795,92
Excesso de estimativa para impostos		0,01
Outros	985,59	2.528,81
<b>Total</b>	<b>333.811,62</b>	<b>335.324,74</b>

## 16. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Imposto Municipal sobre Imóveis	681,61	681,61
Imposto de Selo	51,28	
Outros	985,59	2.536,02
	<b>1.718,48</b>	<b>3.217,63</b>

## 17. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os Gastos e Perdas de Financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos e perdas de financiamento</b>		
Juros suportados	59.735,95	72.656,00
Outros gastos com financiamentos	28.920,22	33.248,39
	<b>88.656,17</b>	<b>105.904,39</b>

## 18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Segurança Social

Nos termos do n.º 1 do art.º 21 do Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informamos não ser a Empresa devedora de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.

### Autoridade Tributária

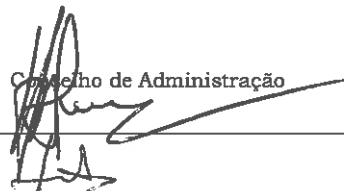

A Empresa tem a sua situação contributiva regularizada.

Contabilista Certificado



João Carlos Pinto Marques

Conselho de Administração



## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores Acionistas

1. No desempenho das funções previstas no art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da **ARMAMAR VIVA, S.A.** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. No final do exercício, o Fiscal Único analisou os documentos de prestação de contas e o relatório apresentados pelo Conselho de Administração, procedeu às verificações que considerou convenientes e apreciou a "Certificação Legal das Contas", em relação à qual dá a sua concordância.

### **3. PARECER**

Tudo devidamente ponderado, designadamente o que se contém na "Certificação Legal das Contas", somos de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o relatório de gestão e contas do exercício de 2017, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados;

Mealhada, 2 de maio de 2018

**O Fiscal Único**

  
\_\_\_\_\_  
Euclides Gonçalves Carreira

ROC n.º 755



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Armamar Viva, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de ativo líquido de 2.571.841,02 euros e um total de Capital Próprio negativo de 126.678,70 euros, incluindo um resultado líquido de 63.467,04 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Armamar Viva, S.A.**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

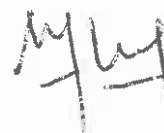
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Continuidade**

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Entidade prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, informamos que não temos conhecimento de qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em continuar as suas atividades.



## **Euclides Gonçalves Carreira**

Revisor Oficial de Contas

Avenida Cidade Coimbra 92/94 3050-374 - Mealhada - Telef. 231 209 530 Fax. 231 203 168

---

### **Ênfase**

Chama-se atenção para o valor do capital próprio negativo apresentado nas demonstrações financeiras, pelo que Administração deverá proceder em conformidade com disposto no Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em vista a dissolução da sociedade ou a realização de entradas para o reforço da cobertura de capital.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



**Euclides Gonçalves Carreira**

Revisor Oficial de Contas

Avenida Cidade Coimbra 92/94 3050-374 - Mealhada – Telef. 231 209 530 Fax. 231 203 168

---

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada,

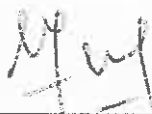
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Mealhada, 2 de maio de 2018



---

Euclides Gonçalves Carreira,

ROC n.º 755

